

Oferta do Profuncionário: *a experiência do Instituto Federal de Goiás*

Profuncionário offer
the experience at the Federal Institute of Goiás

Oferta del Profuncionario:
la experiencia del Instituto Federal de Goiás

 **HELEN PEREIRA***

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Goiânia-GO, Brasil.

 **RUTH APARECIDA VIANA DA SILVA****

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Trindade-GO, Brasil.

 **MILTON FERREIRA DE AZARA FILHO*****

Instituto Federal de Goiás, Goiânia-GO, Brasil.

RESUMO: Toda política voltada para a formação de trabalhadores/as da educação básica encontra-se vinculada a sujeitos/as concretos/as, pertencentes a um contexto histórico no qual concepções de educação e trabalho se articulam a objetivos específicos. A formação inicial e continuada de funcionários/as da educação foi referendada pelo Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, instituindo a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Entendendo que a formação é condição *sine qua non* para a valorização de funcionários/as, o presente texto apresenta as experiências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás com o Programa Profuncionário. Dada sua importância e abrangência para formação, reconhecimento e valorização da categoria, enfatiza-se a necessidade

* Doutora em Letras e Linguística. Diretora do Centro de Formação e Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. *E-mail:* <helen.pereira@ifg.edu.br>.

** Doutora em Educação e professora efetiva do Instituto Federal Goiano. *E-mail:* <ruth.viana@ifgoiano.edu.br>.

*** Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Técnico de Laboratório em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. *E-mail:* <milton.filho@ifg.edu.br>.

de endossar a luta por valorização e efetivação de políticas de formação inicial e continuada que contemplem as áreas de atuação de trabalhadores/as no espaço escolar.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Funcionários da educação. Políticas de formação e valorização.

ABSTRACT: Every policy aimed at training basic education employees is linked to concrete subjects that belong to a historical context in which conceptions of education and work are articulated to specific objectives. The initial and continuing education of these employees was endorsed by the Decree-law nº 8752, 09/05/2016, which established the National Policy for the Training of Basic Education Professionals. Understanding that training is a *sine qua non* condition for the appreciation of employees, this text presents the experiences of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás with the *Profuncionário* Program. Given its importance and scope for training, recognition and appreciation of the category, we emphasize the need to endorse the struggle for appreciation and implementation of initial and continuing education policies that cover the different areas of employees' work at school.

Keywords: Educational Policies. Education Employees. Training and Appreciation Policies.

RESUMEN: Toda política encaminada a la formación de trabajadores/as de la educación básica está vinculada a temas concretos, que pertenecen a un contexto histórico en el que las concepciones de educación y trabajo se articulan a objetivos específicos. La formación inicial y continua de los/as empleados/as de la educación fue refrendada por el Decreto N° 8.752, de 9 de mayo de 2016, por el que se establece la Política Nacional de Formación de Profesionales de la Educación Básica. Entender que la formación es una condición *sine qua non* para la valorización de los/as empleados/as, este texto presenta las experiencias del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Goiás con el Programa Profuncionário. Dada su importancia y alcance para la formación, reconocimiento y valorización de la categoría, se destaca la necesidad de refrendar la lucha por valorar y poner en práctica políticas de educación inicial y continua que aborden los ámbitos de trabajo de los/as trabajadores/as en el ámbito escolar.

Palabras clave: Políticas Educativas. Empleados/as de Educación. Políticas de Formación y Valoración.

Introdução

A escola é o espaço social de educação formal responsável pela formação do/da cidadão/ã. Assim sendo, todos/as os/as agentes do processo educativo, professores/as e funcionários/as da educação, têm a função precípua de contribuir com a formação dos/das estudantes. As políticas públicas que tratam da formação de quem forma sempre se centrou na figura do/da professor/a. Contudo, dentro dos muros da escola, há vários ambientes formativos para além da própria sala de aula. Isso significa que os/as funcionários/as da educação – porteiros/as, merendeiros/as, cozinheiros/as, secretárias/os e demais trabalhadores/as – são educadores/as e trabalham em prol da educação das crianças e adolescentes atendidos/as. Nesse contexto, é importante atentar-se para a valorização e formação desses/as trabalhadores/as.

A fim de atender a essa demanda essencial, o Profucionário foi criado pela Portaria nº 25/2007 com objetivo de promover a formação dos/das funcionários/as da educação básica, em nível médio, por meio de cursos técnicos em alimentação escolar, infraestrutura escolar, multimeios didáticos e secretaria escolar. A partir de 2010, o Programa foi ampliado como instrumento da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica pelo Decreto nº 7.415/2010 e à Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, promulgada pelo Decreto nº 8.572/2016. No Instituto Federal de Goiás –IFG, o programa teve início em 2012. Assim, este texto objetiva descrever a experiência do IFG entre 2012 e 2015, período em que o Profucionário integrou as ofertas da instituição. Para tanto, este relato se organiza em quatro seções, a saber: contextualização histórica, a experiência do Instituto Federal de Goiás, a materialidade do processo educativo no Profucionário pelo IFG, quem foram os/as sujeitos/as do Profucionário no IFG. Ao final, teceremos algumas considerações visando lançar luz e enfatizar a importância do tema em tela.

Contextualização histórica

A formação dos/das funcionários/as da educação básica é uma demanda histórica que ganhou visibilidade na agenda política, a partir dos movimentos pela democratização da educação, na década de 1980. A Portaria nº 25, de 31 de maio de 2007, que instituiu o Profucionário, apresenta, em seu art. 2º:

O Profucionário tem por objetivo promover, por meio da educação a distância, a formação profissional técnica em nível médio de funcionários que atuam nos

sistemas de ensino da educação básica pública, com ensino médio concluído ou concomitante a esse, nas seguintes habilitações:

I - Gestão Escolar;

II - Alimentação Escolar;

III - Multimeios Didáticos;

IV - Meio Ambiente e Manutenção da Infra-estrutura Escolar (BRASIL, 2007).

A proposta inicial do programa cedeu lugar ao Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010, que instituiu a *Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público* – Profuncionário. O Decreto regulamenta a oferta de formação técnica de nível médio para trabalhadores/as da educação básica em seis áreas específicas, conforme disposto em seu art. 6º:

Art. 6º O Profuncionário tem por objetivo promover, preferencialmente por meio da educação a distância, a formação profissional técnica em nível médio de servidores efetivos que atuem nos sistemas de ensino da educação básica pública, com ensino médio concluído ou concomitante a esse, nas seguintes habilitações:

I - Secretaria Escolar;

II - Alimentação Escolar;

III - Infraestrutura Escolar;

IV - Multimeios Didáticos;

V - Biblioteconomia; e

VI - Orientação Comunitária (BRASIL, 2010).

A partir desse programa, a luta pela valorização e políticas de formação dos/das funcionários/as da educação intensificou-se. O Decreto nº 7.415/2010 foi revogado pelo Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que instituiu a *Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica*:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, com a finalidade de fixar seus princípios e objetivos, e de organizar seus programas e ações, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino e em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014, e com os planos decenais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2016, p. 5-6).

O Decreto nº 8.752/2016 considera como profissionais da educação básica as três categorias de trabalhadores/as já citados no art. 61 da LDB/1996, no art. 1º:

§ 1º Para fins deste Decreto, consideram-se profissionais da educação básica as três categorias de trabalhadores elencadas no art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a saber: professores, pedagogos e funcionários da educação, atuantes nas redes públicas e privadas da educação básica ou a elas destinados (BRASIL, 2016).

No referido Decreto, no art. 11, incisos II e V, consta o apoio *técnico e financeiro* do Ministério da Educação – MEC nos cursos de formação técnica de nível médio e superior para os/as trabalhadores/as em educação – funcionários/as da educação, outrora previsto no art. 6º do então revogado Decreto nº 7.415/2010:

Art. 11. No âmbito dos planos estratégicos a que se refere o inciso I do caput do art. 7º, o Ministério da Educação apoiará técnica ou financeiramente, conforme o caso:

[...]

II - cursos de formação inicial necessários para cada categoria dos profissionais da educação, decorrentes das demandas para as diferentes funções que desempenham;

[...]

V - cursos de formação técnica de nível médio e superior nas áreas de Secretaria Escolar, Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos, Biblioteconomia e Orientação Comunitária, podendo este rol ser ampliado conforme a demanda observada e a capacidade da rede (BRASIL, 2016).

Revisitar os marcos legais que norteiam os parâmetros e diretrizes nacionais para a formação dos/das trabalhadores/as da educação básica ratifica a defesa de um processo formativo que contribua para o avanço qualitativo dos índices educacionais brasileiros. Formar e valorizar o/a profissional da educação é essencial para uma escola efetivamente educadora, haja vista ser o espaço no qual se vive educação em todos os ambientes, com e por meio de todos/as os/as agentes escolares. A educação formal, dentro da sala de aula, ganha nuances ‘desformalizadas’, e não menos educativas, fora dela, nos limites físicos da escola.

O direito à formação dos/das trabalhadores/as da educação básica precisa ser considerado. Caso contrário, será um dos fatores contribuintes para a precarização do processo educativo. Há que se resistir contra as forças hegemônicas que teimam em impedir o acesso à formação inicial e continuada dos/das funcionários/as da educação, confirmando e acelerando o processo de terceirização já em curso em todo o Brasil. Nesse contexto, o protagonismo destes/as profissionais pode ser endossado pelas iniciativas das instituições públicas de educação na oferta de cursos que vão ao encontro de suas demandas e necessidades formativas, em consonância com o momento histórico educacional contemporâneo. Assim como os/as professores/as, os/as funcionários/as da educação devem estar

igualmente preparados/as e em contínuo processo formativo, a fim de contribuírem com os desafios que se apresentam nos diferentes tempos e contextos escolares.

A experiência do Instituto Federal de Goiás

A oferta dos cursos do Profucionário em Goiás se efetivou de 2007 a 2012, por iniciativa da Secretaria Estadual de Educação e seus Núcleos de Educação a Distância – EaD em muitas cidades do estado, sob supervisão da Secretaria de Educação Básica do MEC, habilitando como técnicos/as alguns/umas milhares de funcionários/as que se constituíram como os/as primeiros/as profissionais da educação dessa categoria. Com a passagem da coordenação nacional para a SETEC, o IFG assumiu a responsabilidade da oferta.

Conhecer a experiência do Instituto Federal de Goiás na oferta do Profucionário passa por compreender as dimensões organizacionais, didático-pedagógicas e sociais que permearam a oferta do programa no IFG. Analisar sua organização, a materialização do processo educativo e seus/suas protagonistas, trabalhadores e trabalhadoras da educação, possibilita tecer um panorama do que foi essa experiência ampla no IFG.

O Profucionário contou com cinco ofertas (turmas), com entradas entre setembro de 2012 e outubro de 2015. A última oferta encerrou suas atividades em março de 2017. Em todas as turmas, foram oferecidas as quatro habilitações: Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar. A seguir, apresentamos uma contextualização numérica/quantitativa do programa no IFG:

Tabela 1 - Turmas do Profucionário no Instituto Federal de Goiás

Turma (oferta)	Início	Fim	Nº de estudantes matriculados	Nº de concluintes	% de concluintes
2012/2	Setembro de 2012	Dezembro de 2013	809	528	65,2%
2013/1	Março de 2013	Julho de 2014	1237	714	57,7%
2013/2	Outubro de 2013	Dezembro de 2014	1015	449	44,2%
2014/2	Fevereiro de 2015	Junho de 2016	761	341	44,8%
2015/2	Outubro de 2015	Março de 2017	665	347	52,1%
Total de Estudantes			4.487	2.379	53%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo sistema acadêmico do IFG, 2023.

A partir dos números apresentados, necessário se faz tecer uma breve consideração acerca da oferta do Programa. Destacam-se, desses dados, o percentual de 53% de estudantes matriculados/as e o número de 2.379 funcionários/as da educação no estado de Goiás concluintes da formação técnica em sua área de atuação. Esse número representa um ganho significativo para a formação dos/das funcionários/as efetivos/as e em exercício, para a sua participação plena nos processos democráticos das escolas públicas e para a melhoria da qualidade da educação em Goiás. No entanto, também chamam a atenção, os dados da evasão. Nesse caso, cabe destacar algumas especificidades dos cursos do Profucionário. Os cursos técnicos subsequentes ao ensino médio em Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar têm a duração de 18 meses. Foram estruturados e desenvolvidos na modalidade a distância, para um público de estudantes trabalhadores/as, em grande parte, da modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, com muitas vivências e experiências. Esses/as jovens e adultos/as não puderam frequentar a escola na idade regular, não tiveram a oportunidade de concluir a escolaridade básica.

Os/As estudantes/trabalhadores/as da EJA acumularam experiências ao longo da jornada de vida e de trabalho. Contudo, a maioria não apresenta grande desenvoltura ao lidar com as tecnologias digitais, imprescindíveis para a educação a distância. É importante mencionar que estudar a distância exige habilidades fundamentais ao desenvolvimento da aprendizagem na modalidade: domínio mínimo das ferramentas digitais do ambiente virtual de ensino e aprendizagem; autonomia, proatividade, disciplina na condução de seu processo de aprendizagem e habilidades linguístico-comunicativas, haja vista a escrita ser o principal meio de comunicação entre os/as agentes do processo educativo a distância. Não é esperado, entretanto, que os/as estudantes iniciem o curso com todas as habilidades supracitadas desenvolvidas. Tais conhecimentos e práticas podem ser ensinadas, aprendidas e aprimoradas durante o curso. Entretanto, nem todos os/as estudantes conseguem se adaptar a esse novo modo de aprender e se desvencilhar da tradição educacional dominante.

A permanência e o êxito dos/das estudantes sofrem influências de uma série de fatores, desde questões pessoais até questões de logística e gestão do curso. Contudo, apesar de não ser possível ignorar tais fatores, a adaptação à modalidade e a relação professor/a-estudante (proximidade pedagógica) são determinantes. A partir dessas considerações gerais sobre a oferta do Programa no IFG e as especificidades da modalidade em que foi realizado, é possível pormenorizar os dados apresentados.

Na tabela abaixo é apresentado o quantitativo de estudantes matriculados/as em cada habilitação:

Tabela 2 - Quantitativo de estudantes por habilitação.

Habilitação	Quantitativo	% em relação ao total	Concluintes	% de concluintes
Alimentação Escolar	1274	28,39%	808	63,4%
Infraestrutura Escolar	1238	27,59%	732	59,1%
Multimeios Didáticos	852	18,99%	348	40,8%
Secretaria Escolar	1123	25,03%	491	43,7%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo sistema acadêmico do IFG, 2023.

As habilitações em Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar e Secretaria Escolar se aproximam em quantidade de estudantes, seguidas de Multimeios Didáticos. O percentual de concluintes por habilitação, entretanto, é substancialmente maior nos cursos de Alimentação Escolar e Infraestrutura Escolar, perfazendo um total de 61% em relação ao número de estudantes matriculados/as. Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar, por outro lado, apresentam uma média de 42% de concluintes, o que resulta em um percentual 31,1% menor que a média das outras duas habilitações.

Os cursos realizados na modalidade a distância contam, em sua estrutura, com atividades obrigatórias presenciais. Assim, os Polos de Apoio Presencial foram fundamentais para a execução do Programa no IFG. Eles se constituem de espaços para realização de atividades administrativas e pedagógicas com vistas a apoiar os cursos ofertados. No IFG, os polos foram constituídos em seus próprios Câmpus, com exceção do polo Goiânia-NTE, situado no Núcleo de Tecnologia Educacional da Prefeitura de Goiânia. Este polo fez parte apenas da primeira turma (2012/2). A distribuição de polos por turma teve a seguinte configuração:

Quadro 1 - Distribuição das turmas por polo

Turma (oferta)	Polos de apoio presencial
2012/2	Câmpus Aparecida de Goiânia
	Câmpus Goiânia
	Núcleo de Tecnologia Educacional - NTE
2013/1	Câmpus Aparecida de Goiânia
	Câmpus Goiânia
	Câmpus Anápolis
	Câmpus Luziânia
	Câmpus Cidade de Goiás
	Câmpus Uruaçu

Turma (oferta)	Polos de apoio presencial
2013/2	Câmpus Aparecida de Goiânia Câmpus Goiânia Câmpus Anápolis Câmpus Luziânia Câmpus Cidade de Goiás Câmpus Uruaçu Câmpus Formosa Câmpus Inhumas
2014/2	Câmpus Águas Lindas Câmpus Aparecida de Goiânia Câmpus Goiânia Câmpus Goiânia Oeste Câmpus Anápolis Câmpus Luziânia Câmpus Uruaçu Câmpus Formosa Câmpus Senador Canedo Câmpus Valparaíso de Goiás
2015/2	Câmpus Aparecida de Goiânia Câmpus Goiânia Câmpus Goiânia Oeste Câmpus Anápolis Câmpus Luziânia Câmpus Uruaçu Câmpus Formosa Câmpus Senador Canedo Câmpus Valparaíso de Goiás

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo sistema acadêmico do IFG, 2023.

Dos 14 Câmpus do IFG, apenas Jataí e Itumbiara não foram polos de apoio presencial em uma das turmas do Profucionário. Além da infraestrutura própria dos Câmpus, com laboratórios de informática, auditório, biblioteca e salas de aula, cada polo também dispunha de uma sala para atendimento presencial de estudantes. Para isso, o IFG, por meio da Diretoria de EaD, com recursos oriundos da Rede e-Tec, adquiriu um conjunto de computadores, monitores, mesas e cadeiras (sete para cada polo). Além desses equipamentos, cada polo recebeu um conjunto com microfone de mão, câmera de mão e caixa de som para auditório, para serem utilizados nas aulas presenciais, caso necessário.

A equipe de bolsistas que compôs o Profuncionário no IFG – formada por tutores/as presenciais, tutores/as a distância, coordenadores/as de tutoria, professores/as formadores/as, professores/as pesquisadores/as, equipe multidisciplinar, coordenadores/as de curso, coordenadores/as de polo, coordenador/a adjunto/a e coordenador/a geral – teve essencial importância na materialização do Programa na instituição. Ao todo, foram 426 profissionais durante os quatro anos e seis meses.

Além da equipe de bolsistas, a então Coordenação de Educação a Distância, que em 2014 passou a ser Diretoria, contava com profissionais de informática, apoio administrativo e pedagógico, que, juntamente à equipe de bolsistas, contribuíram sobremaneira para a execução operacional, acadêmica e pedagógica do Programa.

A materialidade do processo educativo no Profuncionário pelo IFG

Por ser um programa oferecido na modalidade a distância, o Profuncionário foi inteiramente operacionalizado por meio de um Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – AVEA. Esses ambientes constituem-se como espaços virtuais interativos, desenvolvidos com finalidades educativas, utilizados como espaços para o compartilhamento de materiais didáticos, e que oferecem meios para interação, colaboração, mediação e avaliação da aprendizagem (ARAÚJO & PEIXOTO, 2013; ANJOS, 2013). Partindo-se de uma compreensão mais ampla desses espaços educativos em rede, Cláudia Araújo e Joana Peixoto (2013) compreendem os AVEA como

espaços da World Wide Web (WWW) que podem ser utilizados como um ambiente de aprendizagem. Considera-se, então, ambiente de aprendizagem a articulação entre espaço, tempo e dispositivos que objetivam a promoção de situações de aprendizagem. [...] são espaços virtuais, 'salas de aula *online*', onde se realizam projetos de educação, ou seja, são desenvolvidas atividades educativas por meio de cursos realizados a distância ou de forma semipresencial (ARAÚJO & PEIXOTO, 2013, p. 151-152).

Existem diversos ambientes virtuais desenvolvidos exclusivamente com finalidades educativas, tais como o *Moodle*, *Blackboard*, Google Sala de Aula, entre outros. O *Moodle* é, por diversas características, um dos AVEA com maior aceitação entre as instituições de educação. O IFG operacionalizou o Profuncionário por meio do AVEA *Moodle*.

Nesse AVEA, entre 2012 e 2017, foram criadas 340 salas virtuais, cada uma representando uma disciplina no *Moodle*. A sala virtual, ou sala de aula virtual, é o espaço formado por blocos, tópicos, recursos e atividades. É por meio dela que estudantes, professores/as e demais agentes do processo educativo interagem, participam e co-constroem o conhecimento. A sala virtual é o local onde as aulas efetivamente acontecem no *Moodle*.

O processo de planejamento e concepção das disciplinas foi conduzido em duas etapas: a primeira pautou-se por planejamento, organização e construção dos materiais didáticos, das atividades e das estratégias de interação e avaliação; a segunda etapa, por sua vez, contou com

a revisão do que foi desenvolvido na etapa anterior e a posterior montagem das salas virtuais no *Moodle*.

O planejamento e a concepção das disciplinas eram realizados pelo/a professor/a formador/a com o apoio de uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais da área pedagógica, de audiovisual e revisão de textos. Cabia ao/à professor/a formador/a o desenvolvimento de uma série de documentos de apoio, bem como dos materiais didáticos, atividades e avaliações. Todo o processo de planejamento e desenvolvimento desses materiais era feito com o acompanhamento e o apoio dos/das profissionais da equipe multidisciplinar.

A montagem das salas virtuais no *Moodle* era feita somente após a validação dos materiais anteriormente desenvolvidos. Essa etapa consistia na revisão textual e na análise de todos os materiais e atividades, antes de serem postados no *Moodle*. A ação era necessária para que as disciplinas estivessem organizadas e adequadas metodologicamente ao público. Após a validação, partia-se para a montagem da sala virtual no *Moodle*, realizada pelo/a professor/a formador/a com o apoio da equipe multidisciplinar.

Um ponto que merece ser destacado é a organização das salas virtuais no *Moodle*. Desde o início do Programa Profucionário no IFG, adotou-se um formato padrão de organização e disposição dos materiais e das atividades nas salas. Tal padronização permitiu que os/as estudantes se habituassem às posições dos materiais e atividades das disciplinas, facilitando sua navegação no AVEA. Isso só foi possível pelo trabalho conjunto entre os/as professores/as formadores/as e a equipe multidisciplinar.

Importante mencionar a pluralidade dos materiais didáticos disponibilizados aos/às estudantes: livros impressos, livros digitais, videoaulas e apresentações no formato PDF. No início de cada turma, todos/as os/as estudantes recebiam 17 livros impressos, um para cada disciplina. Também eram disponibilizados, nas salas virtuais, os mesmos livros em formato digital. Os livros eram compostos por unidades de estudo e serviam como material didático de referência para a condução de todas as disciplinas. Cada disciplina era composta por três a quatro semanas de estudo, representadas no *Moodle* por tópicos. Com base no livro da disciplina, o/a professor/a formador/a disponibilizava em cada tópico uma síntese das unidades de estudo, de modo que, além do próprio conteúdo do livro, os/as estudantes tivessem acesso à uma apresentação, no formato PDF, de todo o conteúdo abordado naquele tópico. Para completar, cada tópico continha uma videoaula desenvolvida pelo/a professor/a formador/a da disciplina com o intuito de apresentar o conteúdo das unidades de estudo para aquele tópico, assim como explicar os instrumentos avaliativos ali contidos.

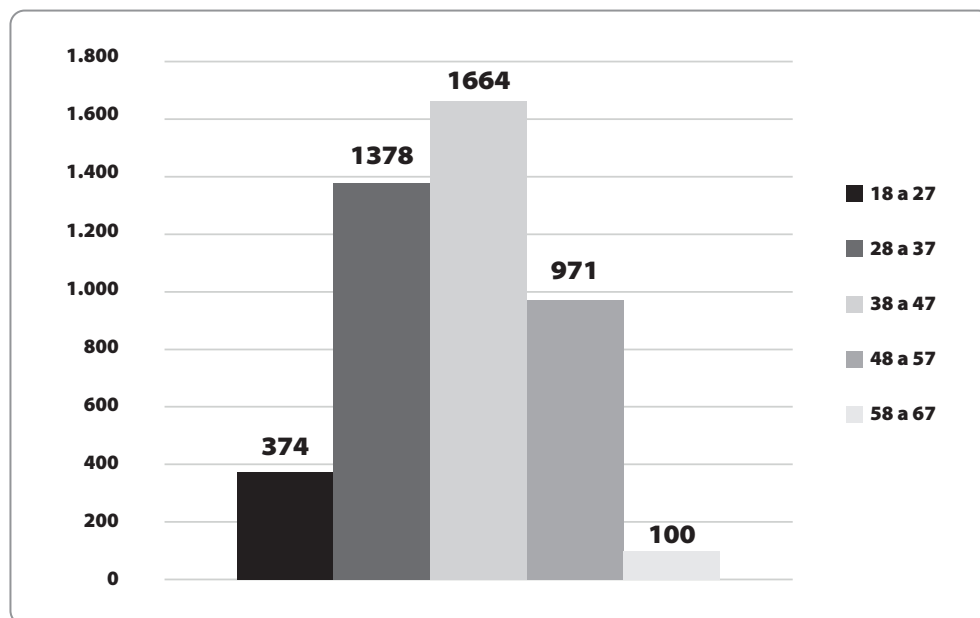
Além dos momentos assíncronos no *Moodle*, encontros presenciais eram realizados nos polos de apoio presencial, aos sábados, com a condução dos/das tutores/as presenciais e das coordenações de polo, no início ou no fim de cada disciplina. A dinâmica das aulas envolvia a apresentação do conteúdo da disciplina, geralmente por meio de uma videoaula gravada pelo/a professor/a formador/a e pela discussão e apresentação, por parte dos/das tutores/as, de toda a composição da disciplina. Por meio desses encontros, também eram aplicadas atividades em grupo e avaliações presenciais.

A dinâmica de atendimento presencial durante a semana também contribuiu sobremaneira para o êxito do Programa no IFG. Cada polo disponibilizava aos/as estudantes um cronograma com horários para atendimento dos/das tutores/as presenciais, de modo que pudessem tirar dúvidas e utilizar a estrutura tecnológica disponível. Essa era uma dinâmica frequente, visto que grande parte dos/das estudantes não dispunha de equipamentos adequados (computador com acesso à Internet) para a realização dos cursos, bem como apresentavam dificuldades em relação à informática e à utilização das ferramentas tecnológicas.

Quem são os sujeitos do Profucionário no IFG?

Os/As estudantes do Profucionário, trabalhadores e trabalhadoras em efetivo exercício na educação, “são pessoas adultas, [...] com larga vivência nas rotinas de suas funções. São pessoas que sabem um saber construído na vivência cotidiana de seu fazer. Sabem um saber fazer que exprime competências adquiridas e construídas no próprio fazer” (BRASIL, 2015, p. 73). Carregam consigo vivências, experiências, saberes diversos, culturas distintas, memórias e são “sujeitos históricos com direito a saberem-se e ao conhecimento produzido pela humanidade” (GANDARA, 2020, p. 7). Para que se compreenda quem foram os/as sujeitos/as do Profucionário no IFG, partiremos, inicialmente, ao recorte etário dos/das estudantes.

Gráfico 1 - Faixa etária dos/das estudantes do Profucionário no IFG

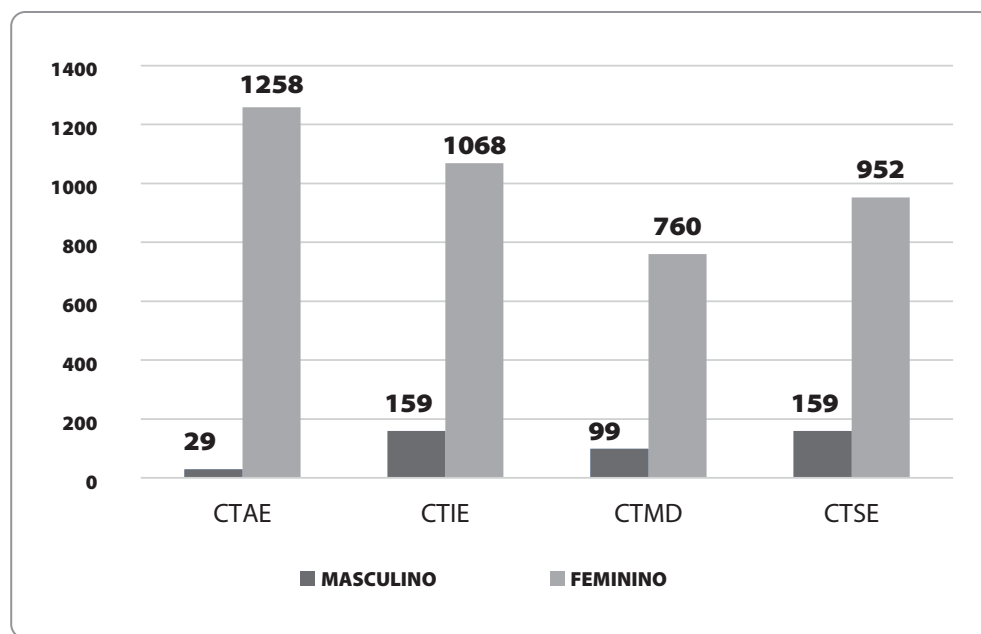


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo sistema acadêmico do IFG, 2023.

É preciso ressaltar, primeiramente, que as idades aqui elencadas se referem ao momento em que os/as estudantes iniciaram seus estudos no Profucionário. A faixa etária com o maior número de estudantes é a de 38 a 47 anos, correspondendo a 37% do total. Em seguida, apresenta-se a faixa etária de 28 a 37 anos, com 30,7% do total de estudantes. Em terceiro lugar, a faixa etária de 48 a 57 anos, correspondendo a 21,6% do total. Por fim, as faixas etárias de 18 a 27 e 58 a 67 anos, correspondendo, respectivamente, a 8,3% e 2,2% do total de estudantes. 40,2 anos foi a idade média com a qual os/as estudantes iniciaram os estudos no Profucionário no IFG.

O recorte por gênero é outro quesito importante para desvelar os/as sujeitos/as do Profucionário no IFG.

Gráfico 2 - Número de estudantes por gênero



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo sistema acadêmico do IFG, 2023.

Do total de estudantes nas 5 turmas, 90% (4.038) são do gênero feminino e 10% (449) do gênero masculino. Ao analisar cada uma das habilitações, constata-se que o Curso de Alimentação Escolar foi o que teve a maior diferença entre mulheres e homens, ou seja, 97,75% do gênero feminino e apenas 2,25% do gênero masculino. As demais habilitações, juntas, apresentam um quantitativo médio de 87% de estudantes do gênero feminino e 13% do gênero masculino.

Considerações finais

A experiência com a oferta dos cursos do Programa Profucionário no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG foi um desafio para a instituição, pois constituiu-se a primeira experiência na modalidade de educação a distância. As especificidades do público envolvido e da modalidade a distância exigiram adaptação, organização, acompanhamento e aprendizado constantes por parte da equipe responsável por essas ofertas. Ao final, a experiência do IFG com o Programa foi muito exitosa, tanto em quesitos numéricos quanto na efetivação e fortalecimento de laços afetivos-pedagógicos.

A oferta do Profucionário no IFG endossou a missão institucional de oferecer formação para a classe trabalhadora e enfatizou a importância do atendimento aos/as funcionários/as da educação básica. A abrangência e o alcance do Programa ratificam a necessidade de que a luta pela valorização e efetivação de políticas de formação inicial e continuada que contemplem as áreas de atuação desses/as trabalhadores/as no espaço escolar seja uma regra e não uma exceção, ou seja, que se torne uma política de Estado e não uma política de governo ofertada esporadicamente. Essa valorização passa pela continuidade da oferta de cursos técnicos subsequentes de nível médio e a ampliação da formação para os/as funcionários/as da educação por meio da oferta de cursos superiores de tecnologia que contemplem as habilitações ofertadas no Programa, seja por meio de Programas governamentais, seja por iniciativa própria das instituições públicas de educação profissional e tecnológica.

Recebido em: 01/05/2023; Aprovado em: 31/07/2023.

Referências

ANJOS, Alexandre Martins dos. Tecnologias da informação e da comunicação: aprendizado eletrônico e ambientes virtuais de aprendizagem. In: MACIEL, Cristiano (org.). *Educação a Distância: ambientes virtuais de aprendizagem*. Cuiabá: Edefmt, 2013.

ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos & PEIXOTO, Joana. Docência “online”: possibilidades para a construção colaborativa de um ambiente de aprendizagem. In: TOSCHI, Mirza Seabra (org.). *Docência nos ambientes virtuais de aprendizagem: múltiplas visões*. Anápolis: UEG, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Orientações Gerais: Profucionário*. 3 ed. Cuiabá: MEC, 2015.

BRASIL. *Portaria nº 25, de 31 de maio de 2007*. Institui o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - PROFUNCIÓNÁRIO, e dá outras providências. Brasília, 01 jun. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/profunc_port25.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010*. Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - Profucionário, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7415.htm>. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016*. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm>. Acesso em: 21 fev. 2023.

GANDARA, Lemuel da Cruz. *Educação de Jovens e Adultos Mediada pelas TDIC*. Goiânia: IFG, 2020. 43 p. Disponível em: <[https://www.ifg.edu.br/attachments/article/19169/Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Jovens%20e%20Adultos%20mediada%20pelas%20TDICs%20\(12-01-2021\).pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/19169/Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Jovens%20e%20Adultos%20mediada%20pelas%20TDICs%20(12-01-2021).pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2023.